

O “último reduto” do Castelo de Leiria e suas evidências construtivas: quando o Românico encerra o Gótico

The last stronghold of the Castle of Leiria and its constructive evidences: when Romanesque encloses Gothic

António Ginja¹

Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais

RESUMO

Neste artigo expõe-se parte dos resultados obtidos a partir do primeiro estudo arquitetónico das estruturas militares do Castelo de Leiria, que, no âmbito do mestrado em História da Arte, da Universidade de Coimbra, conciliou Arqueologia da Arquitetura e História da Arte. De entre as várias estruturas defensivas deste castelo, o chamado “último reduto”, uma pequena fortificação inserida dentro da fortaleza propriamente dita, revelou uma complexidade e uma diacronia construtivas ímpares em todo o Castelo de Leiria. Apesar da aparente modéstia da sua arquitetura, que lhe tem valido os epítetos de “projeto conservador” ou “projeto inacabado”, demonstra-se como o “último reduto”, resultando de uma sucessão de quatro fases construtivas, constituiu na verdade um projeto avançado, um sistema defensivo plenamente gótico, ainda que encerrado num castelo românico.

Palavras-chave: Castelo de Leiria; D. Dinis; último reduto; arquitetura militar; Românico; Gótico.

ABSTRACT

This paper contains part of the results gathered from the first architectonic study of the Castle of Leiria's military structures, conducted within a master dissertation in Art History, from the University of Coimbra, combining Archaeology of Architecture and Art History. Among the several defensive structures of this castle, the so called *último reduto* (last stronghold), a small fortress within the castle itself, would reveal a complex and diachronic construction, unlike any other in the Castle of Leiria. In spite of its aparent modest architecture, awarding it classifications such as “conservative project” or “unfinished project”, it is demonstrated how the *último reduto*, resulting of a four constructive phases sequence, is in fact an advanced project, a completely Gothic defensive system, although contained within a Romanic castle.

Key words: Castle of Leiria; D. Dinis; last stronghold; military architecture; Romanesque; Gothic.

RESUMEN

En este artículo se exponen parte de los resultados obtenidos del primer estudio arquitectónico de las estructuras militares del Castillo de Leiria, que, en el ámbito de la maestría en Historia del Arte, de la Universidad de Coimbra, concilió Arqueología de la Arquitectura e Historia del Arte. De entre las diversas estructuras defensivas de este castillo, el llamado “último reducto”, una pequeña fortificación insertada dentro de la fortaleza propriamente dicha, revelaría una complejidad y una diacronía constructivas impares en todo el Castillo de Leiria. A pesar de la aparente modestia de su arquitectura, que le ha valido los epítetos de “proyecto conservador” o “proyecto inacabado”, se demuestra cómo el “último reducto”, resultado de una sucesión de cuatro fases constructivas, constituyó en realidad un proyecto avanzado, un sistema defensivo plenamente gótico, aunque encerrado en un castillo románico.

Palabras clave: Castillo de Leiria; D. Dinis; último reducto; arquitectura militar; Románico; Gótico.

Recibido: 17-06-2017. Aceptado: 23-10-2017. Publicado online: 19-12-2017

¹ antonioldginja@gmail.com / Doutorando da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/132487/2017), apoiada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior / ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-3300-8223>.

Cómo citar este artículo / Citation

Ginja, A. 2017: "O 'último reduto' do Castelo de Leiria e suas evidências construtivas: quando o românico encerra o gótico", *Arqueología de la Arquitectura*, 14: e063, doi: <http://dx.doi.org/10.3989/arq.arqt.2017.020>

Copyright

© 2017 CSIC. Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de una licencia de uso y distribución *Creative Commons Attribution (CC-by)* España 3.0.

INTRODUÇÃO

Partindo de um levantamento fotométrico promovido para fins científicos pela Câmara Municipal de Leiria, várias estruturas militares do Castelo de Leiria foram, pela primeira vez na sua história, submetidas a uma leitura estratigráfica, permitindo determinar as suas sequências construtivas, e concludentemente intentar atribuições cronotipológicas sustentadas em evidências arqueológicas². O presente artigo parte da leitura estratigráfica para uma análise arquitetónica e artística do "último reduto" desta fortaleza, promovendo a sua inserção no contexto construtivo que introduziu no Castelo de Leiria as novidades arquitetónicas decorrentes dos avanços poliorcéticos dos séculos XIV e XV.

Atribuída a D. Afonso Henriques, a fundação do Castelo de Leiria³ encontra-se indubitavelmente associada na

historiografia à cruzada ibérica medieval, conhecida por *Reconquista Cristã*, quer para a defesa à capital do jovem reino português, Coimbra, quer para a preparação dos ulteriores assaltos às regiões de Santarém, Lisboa e Sintra⁴. Seguindo a tradição dos castelos medievais, o Castelo de Leiria compunha-se de três núcleos amuralhados: o núcleo A, em área mais elevada, reservado aos representantes do poder no território; o núcleo B, a uma cota intermédia, destinado ao contingente militar ou, em caso de assalto, à população e respetivos haveres, e, numa área mais baixa e mais ampla; o núcleo C, onde se instalou a vila medieval.

O "último reduto", incluindo a torre de menagem, ergue-se no interior do núcleo A, uma área que, circunscrita por muralhas praticamente isentas de torreões e de traçado adaptado à irregularidade topográfica do terreno, define uma planta irregular. À elevação das escarpas em que se erguem, soma-se a elevada altura das suas

² No presente artigo apresenta-se uma proposta interpretativa da sequência construtiva de parte do complexo fortificado do Castelo de Leiria, o designado 'último reduto' (Fig. 1). A leitura estratigráfica completa do núcleo A (Fig. 1) pode ser consultada em Ginja 2017.

³ Embora escavações arqueológicas atestem presença humana no morro do Castelo de Leiria no Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro e no período medieval islâmico, e de um texto de c. 1650 atribuir a primeira fortaleza aos "mouros" (*Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, en ed. Azevedo 2011: 25), continua sem fundamentação arqueológica a possibilidade de uma fortificação

anterior a D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal. Na *Chronica Gothorum*, c. 1185, pode ler-se, por outro lado, que D. Afonso Henriques teria edificado o Castelo de Leiria "*in locus vastae solitudinis*", premissa que, para Saul António Gomes, por exemplo, sustenta a hipótese de uma fundação afonsina *ab initio*, que o autor posiciona no inverno de 1135 (Gomes 2004: 21-30).

⁴ Sobre o papel desempenhado pelo Castelo de Leiria na *Reconquista Cristã*, Cfr., por exemplo, Gomes 2004; Mattoso 2007; Monteiro 1999.

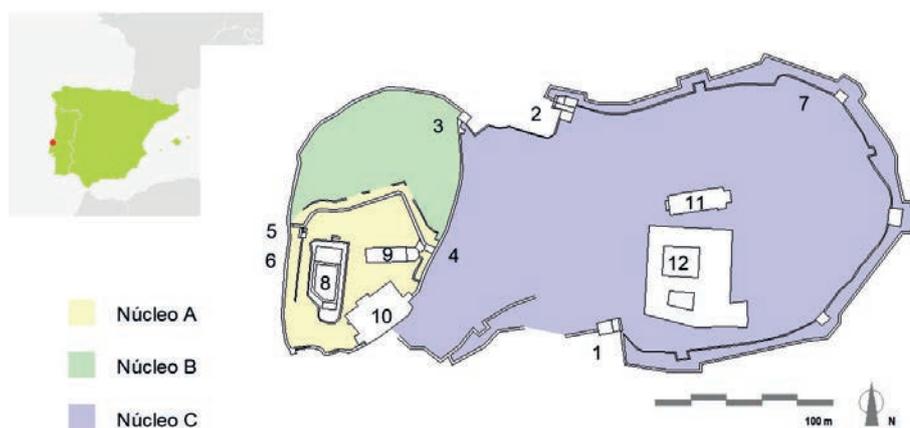


Fig. 1. Castelo de Leiria. Localização sobre mapa da Península Ibérica, à esquerda, e planta, à direita.

Legenda:

- 1 – Arco da Torre Sineira da Sé
- 2 – Portas de Pêro Alvito
- 3 – Porta de Albacara
- 4 – Porta e Torre Buçaqueira
- 5 – Porta Nova
- 6 – Porta da Traição
- 7 – Cerca da Vila
- 8 – Torre de Menagem e Último Reduto
- 9 – Igreja de Santa Maria da Pena
- 10 – Paços Novos
- 11 – Igreja de São Pedro
- 12 – Paços Episcopais (Antigos)

muralhas, abertas apenas em dois pontos, em posições opostas na planta do núcleo. A nascente, uma porta ampla, principal, inserida em torreão próprio. A poente, pequena e dissimulada, a Porta da Traição. Em posição quase central, ocupando o local de cota mais elevada de todo o castelo, mas distante das muralhas circundantes, a torre de menagem. Quando interpretado isoladamente, o núcleo A do Castelo de Leiria configura portanto uma típica fortificação românica, travando e resistindo a assaltos, numa lógica de defesa passiva, apenas com a robustez das suas muralhas circundantes e com a impenetrabilidade da sua torre de menagem.

Considerando uma inscrição aplicada junto da sua porta, a torre de menagem terá sido erguida, no entanto, por D. Dinis, no ano de 1324⁵, já em período construtivo plenamente gótico.



Fig. 2. Inscrição epigráfica junto do vão de porta da torre de menagem.

Neto, por via materna, de Afonso X de Castela e genro de Pedro III de Aragão, D. Dinis teceu prudentemente, desde a sua ascensão ao trono de Portugal, no ano de 1279, uma proeminente posição no panorama político ibérico. Mediou o conflito que opôs Jaime II de Aragão a Fernando IV de Castela, com quem assinou o Tratado de Alcañices, definindo as mais antigas e duradouras fronteiras da Europa⁶. Promoveu políticas centralizadoras anti-senhoriais, como a desamortização dos bens do clero (Pizarro 2012: 165) e a substituição das tenências por alcaidarias de nomeação régia (Barroca 1998a: 805). Durante grande parte do seu reinado teve de confrontar, militarmente, o seu

irmão, D. Afonso e, nos últimos anos da sua vida, o seu próprio filho e herdeiro, o futuro D. Afonso IV⁷.

Autor comprovado de 137 textos trovadorescos (Pizarro 2012: 322), a D. Dinis se devem também a primeira universidade portuguesa, a extinção em Portugal da Ordem do Templo, ou a construção do emblemático Claustro do Silêncio, no cenóbio cisterciense de Alcobaça. A D. Dinis se deve ainda uma empreendedora e inovadora política defensiva⁸, refletida na construção ou reforma de aproximadamente 90 fortificações (Monteiro 2002: 659-666). Um feito construtivo de escala verdadeiramente impressionante, mesmo pelos padrões atuais.

No Castelo de Leiria ordenou, como visto, a construção de uma torre de menagem. Erguida ao centro do núcleo A, de planta retangular, apenas dezassete metros de altura e escassas aberturas, isenta de matacões, mísulas ou quaisquer aparatos residenciais, não deixa de constituir um modelo aparentemente conservador, num período “de pleno triunfo dos modelos turriformes góticos” (Gomes 2001: 13). A sul da torre de menagem anexa-se o recinto do “último reduto”, que vários autores atribuem também a D. Dinis⁹. Delimitado por muralha alta e, no extremo oposto ao da torre, por um torreão maciço, define uma pequena praça, no interior da qual se encontra uma cisterna soterrada.

⁷ Para os litígios bélicos entre D. Dinis e seu irmão concorreram sobretudo a perda de privilégios decorrente das políticas centralizadoras promovidas pelo monarca. Embora a historiografia destaque dubiedades sucessórias para justificar o conflito que, por seu turno, opôs D. Dinis a seu filho, melhores argumentos residem porventura na clivagem entre o rei e a nobreza e o clero. Privados dos privilégios de outrora, senhores seculares e eclesiásticos instigaram e apoiaram o infante D. Afonso contra seu pai, conduzindo a contenda a uma verdadeira guerra civil, prolongada entre 1320 e 1324 (Cfr. Pizarro 2012: 243-249).

⁸ Durante o reinado de D. Dinis foram introduzidas em Portugal a maioria das inovações arquitetónicas militares góticas: portas enquadadas por torres, mais e mais vastos torreões nas muralhas, ameias mais baixas, mais largas e dotadas de seteiras cruzetadas, torres de menagem maiores, de plantas poligonais e mais próximas das muralhas. As obras dionisinas, inseridas no período que corresponde ao afastamento dos Terra-Tenentes, ao Tratado de Alcañices e ao conflito que o opôs a seu filho, o futuro D. Afonso IV, são geralmente entendidas como manifestações de poder e de estratégia, face às rotas de penetração de exércitos castelhanos ou de exércitos apoiantes do infante D. Afonso. A iniciativa que conduziu à construção da torre de menagem de Leiria, por exemplo, insere-se numa lógica defensiva que tinha em conta a posição geográfica da vila face às vias de acesso às principais cidades do reino, Lisboa e Coimbra (Barroca 1998a: 808).

⁹ Cfr. Gomes 2004: 154; Saraiva 1929: 44.

⁵ Sobre a inscrição da torre de menagem do Castelo de Leiria, Cfr., entre outros possíveis, Barroca 2000 e Gomes 2004.

⁶ Sobre o papel desempenhado por D. Dinis na mediação deste e de outros conflitos ibéricos, Cfr., por exemplo, Pizarro 2012. Sobre o Tratado de Alcañices, Cfr., entre outros, González Jiménez 1998.

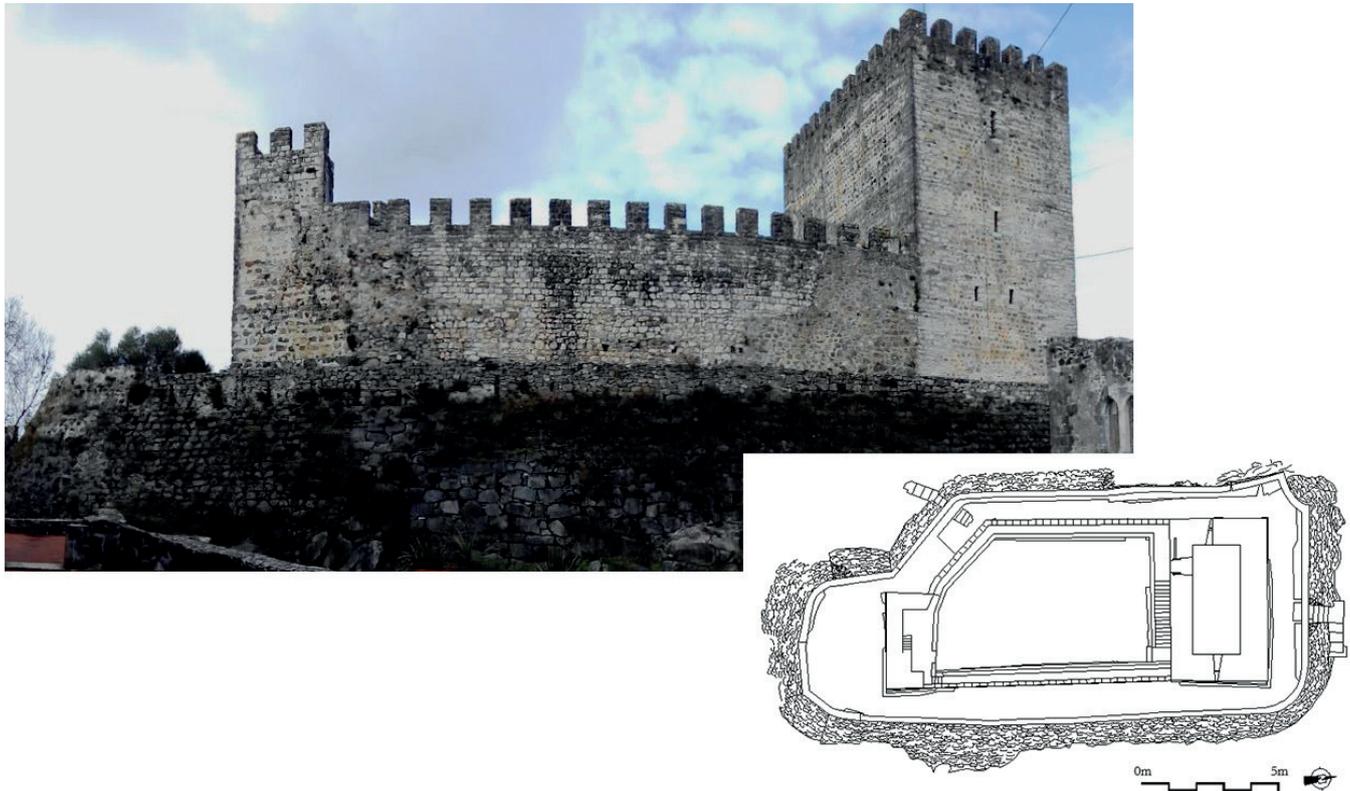


Fig. 3. Torre de menagem e “último reduto” do Castelo de Leiria, alçado poente e planta.

“ÚLTIMO REDUTO”: CONSTRUÇÃO E RESTAURO

Formando um conjunto edificado coeso e militarmente coordenado, o “último reduto” parece resultar de um projeto executado de uma vez só. Contudo, as evidências arqueológicas, que decorrem da interpretação das unidades estratigráficas, do tipo de aparelhos construtivos que lhes deram origem e dos interfaces estabelecidos entre as mesmas¹⁰, demonstram que este conjunto resulta na realidade de uma sequência de quatro distintas fases construtivas.

Fase I: torre de menagem

Sob os alicerces da torre de menagem foram identificados, em escavações arqueológicas, vestígios estruturais compostos por pedras com argamassa, do mesmo modo que sob os alicerces do torreão a sul do recinto se pôs a

descoberto um muro em alvenaria de pedra, que sugere a preexistência de um edifício de consideráveis dimensões. Não obstante, não foram detetadas evidências suficientes para a sua inequívoca datação ou que comprovem uma relação construtiva entre estes elementos precedentes e as estruturas que compõem o “último reduto”. De facto, o derrube da estrutura jacente sob a torre de menagem parece ter ocorrido intencionalmente, regularizando o terreno para edificação da mesma¹¹.

Sobre este nível foi erguida a torre de menagem, tendo a obra ficado concluída em 1324, no reinado de D. Dinis, conforme acima se expôs. A análise estratigráfica comprovou que, à exceção de grande parte das ameias, acrescentadas posteriormente, a torre resulta na verdade de um só momento construtivo¹². Encontra-se todavia assente sobre uma sapata escalonada, que, conforme se depreende pelo modo como imbrica com a torre vários silhares, se ergueu neste mesmo momento. Ainda que com maior frequência possamos encontrar sapatas escalonadas em edificações românicas, não faltam exemplos

¹⁰ Por ter sido erguido com recurso a aparelhos de pedras não facetadas, o “último reduto” não ostenta siglas de canteiro (com exceção de uma única sigla, na porta norte da sua barbaca), motivo pelo qual não pudemos contar com o contributo destas marcas para o entendimento da sua evolução construtiva.

¹¹ Cfr. Carvalho e Inácio 2011.

¹² A torre de menagem encontra-se erguida uniformemente, com alvenaria dolerítica regular e cunhais de alvenaria pseudo-isodoma de calcário.

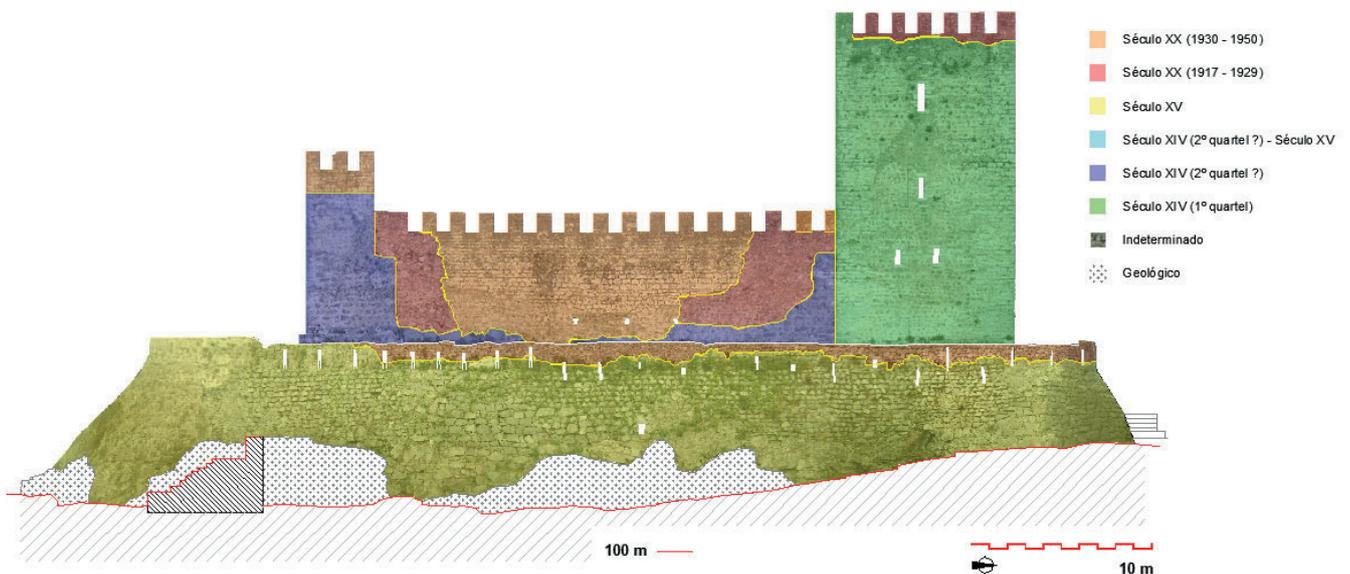


Fig. 4. Representação esquemática das distintas fases de construção do "último reduto", alçado nascente.

de torres que, erguidas já em período de plena generalização de formas góticas, não deixam ainda assim de recorrer a esta solução arquitetónica¹³. Assim, coetânea e perfeitamente enquadrada nos cânones arquitetónicos vigentes à época, a sapata da torre de menagem recuará também ao reinado dionisino.



Fig. 5. Pormenor da sapata escalonada, no canto nordeste da torre de menagem.

¹³ Projetadas para dificultar o assalto por via de sapa, as sapatas escalonadas refletem princípios de resistência, ou de defesa passiva, melhor compreendidos, portanto, à luz das normas arquitetónicas ditas românicas. No entanto, no caso das torres de menagem de Monforte de Rio Livre e de Estremoz, por exemplo, obras respectivamente atribuídas a D. Dinis e a seu pai D. Afonso III (Gomes 2003: 171; Barroca 2002: 83), e como tal de período gótico, as torres surgem erguidas sobre sapatas ainda escalonadas.

Por outro lado, o canto sudoeste da torre de menagem ostenta uma prumada irregular, particularidade que o distingue das restantes três esquinas da torre, erguidas de forma absolutamente apumada. Esta evidência resultará de uma de duas possibilidades: do desmonte de estrutura que havia sido erguida em simultâneo com a torre ou da preparação da esquina para o encosto posterior de estrutura. Qualquer uma das possibilidades porém afasta o projeto desta torre dos parâmetros próprios das torres de menagem ditas românicas, cuja construção se pretendia isolada de quaisquer outras construções. Atualmente, o "último reduto" acolhe nesta esquina da torre as escadas de acesso à sua porta, em alvenaria de pedra. O maciço das escadas aparenta estar, por seu turno, travado com a porta de acesso ao recinto do "último reduto". Formalmente similares, as duas portas, da torre e do recinto, deverão remontar a períodos muito próximos senão equivalentes, o que aproxima a cronologia de edificação das escadas da cronologia da própria torre¹⁴. A ser verdade, a irregularidade da prumada da esquina da torre justifica-se pela programação do encosto de um maciço de escadas, já em finais do primeiro quartel do século XIV. Esta ocorrência, que, salvaguardando o evidente hiato temporal, encontramos, por exemplo, nos

¹⁴ O corpo de escadas e o muro oeste do recinto, com o qual aparentemente imbrica, encontram-se erguidos em alvenaria dolerítica irregular. Ainda que a torre de menagem e o corpo de escadas que lhe dá acesso se encontrem erguidos em aparelhos com distintos níveis de regularidade, não deixam de ostentar materiais ligantes similares, de areão, chamota, cal, seixos quartzíticos e fragmentos de cerâmica de construção, em contexto de reaproveitamento.



Fig. 6. Torre de menagem de Leiria.



Fig. 7. Torre de menagem de Monforte de Rio Livre. Fonte: Direção Regional de Cultura do Norte.

desenhos de Duarte de Armas¹⁵, recua de resto já ao reinado de D. Dinis em pelo menos um caso. Na torre de menagem de Monforte de Rio Livre, de origem dionisina, o corpo da torre surge erguido em simultâneo com o de uma muralha, onde por sua vez se inscreve o corpo de escadas de acesso à porta da torre.

Fase II: recinto amuralhado e torreão

Erguida a torre de menagem, seguiu-se a construção dos muros que encerram o pequeno recinto do "último reduto", incluindo o torreão, no extremo oposto ao da torre. A nascente percebe-se que o primeiro destes muros, travado no torreão, encosta à torre de menagem, sendo a construção de ambos, como tal, simultânea mas posterior à da torre. Não obstante, muro e torreão encontram-se erguidos em alvenarias¹⁶ tipologicamente equivalentes à da utilizada para erguer a torre de

menagem, sugerindo alguma proximidade cronológica entre os três elementos.

A poente, os muros primitivos são posteriores quer ao torreão, quer à torre de menagem, estando encostados a ambos. A leitura estratigráfica destes últimos porém reveste-se de alguma complexidade. De facto, a primitiva muralha poente resulta do somatório de dois muros sobrepostos¹⁷, tendo o muro superior vindo reformar uma porta existente no muro inferior. Trata-se, como tal, de uma sequência de dois momentos construtivos distintos. Não obstante, ambos encostam claramente ao torreão, que, como visto, se ergueu depois da torre de menagem.

A porta reformada, por outro lado, assumiu uma configuração semelhante à da porta da torre de menagem, facto que, acrescido da semelhança entre o tipo construtivo partilhado entre torre de menagem, torreão e muros, sugere grande proximidade de cronologias construtivas. Assim, à construção do torreão ter-se-á seguido a construção, a poente, de um primeiro muro munido de porta, de imediato acrescentado de um segundo, associado à reforma da mesma. Não será de excluir a possibilidade de a projeção das escadas de acesso à torre ter motivado, como acima se expõe, a reforma da referida porta e, com ela, do primeiro muro.

¹⁵ Cerca de 1509, Duarte de Armas, por determinação de D. Manuel I, viajou por toda a fronteira terrestre de Portugal, para dar conta das condições das fortalezas portuguesas raianas. Registou panorâmicas e plantas de 56 fortalezas, entre Castro Marim e Caminha. Da obra, hoje incontornável para o estudo da arquitetura militar medieval portuguesa, resultariam dois volumes, o códice A, existente na Torre do Tombo, Lisboa, e o códice B, ligeiramente distinto, atualmente na Biblioteca Nacional de Madrid (Armas 2006: 1-21).

¹⁶ Imbricados, e como tal coetâneos, o primeiro muro a nascente da torre de menagem e o torreão a sul do recinto, encontram-se erguidos em alvenaria dolerítica regular, entre cunhais de alvenaria pseudo-isodoma de calcário.

¹⁷ O muro inferior encontra-se erguido em alvenaria irregular de dolerito e calcário, ao passo que o muro superior, aparentemente imbricado no corpo de escadas de acesso à torre de menagem, se ergue em alvenaria também irregular mas apenas dolerítica.

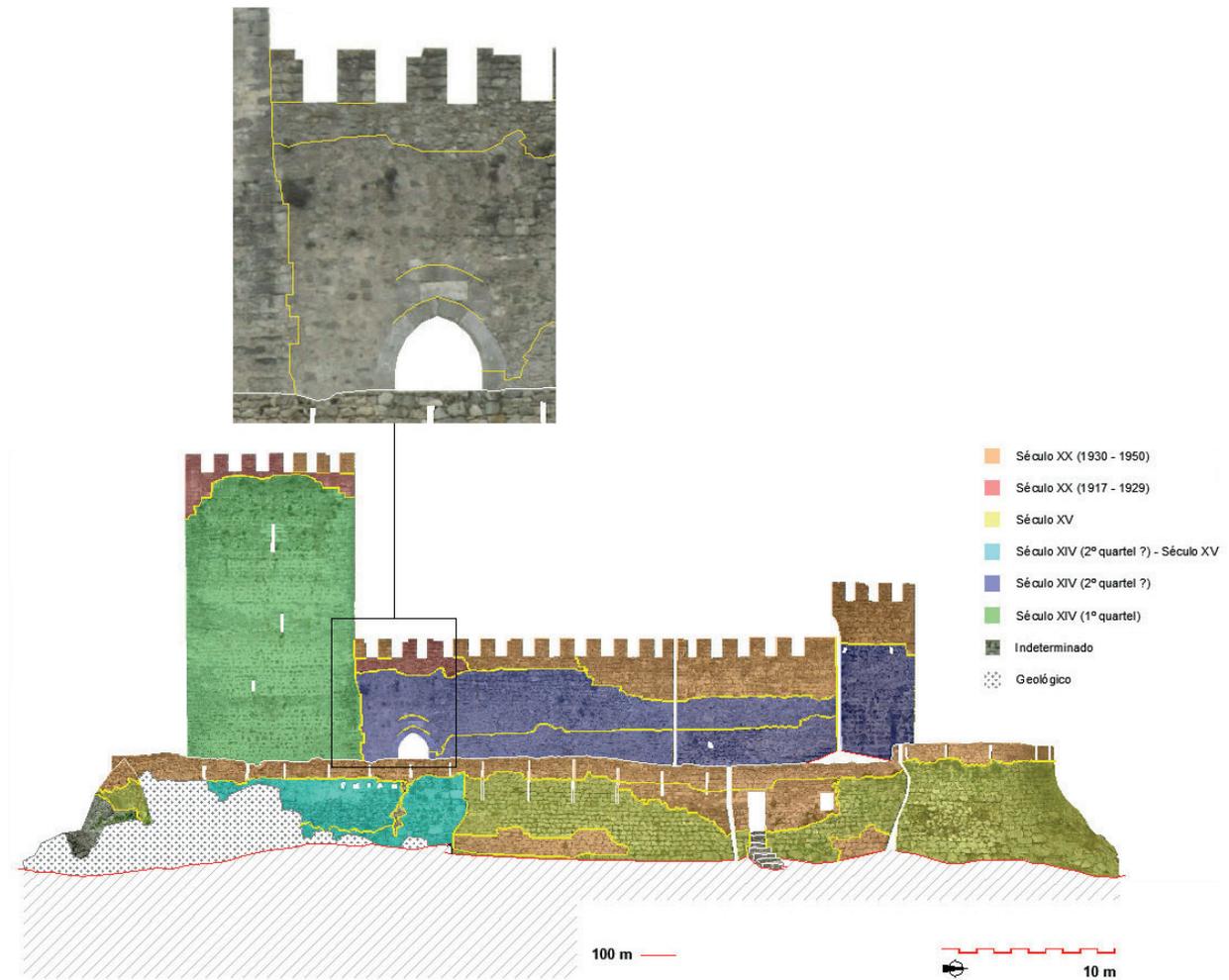


Fig. 8. Representação esquemática das distintas fases de construção do "último reduto", alçado poente. Destaque para os interfaces decorrentes da irregularidade da esquina sudoeste da torre e da reforma da porta.

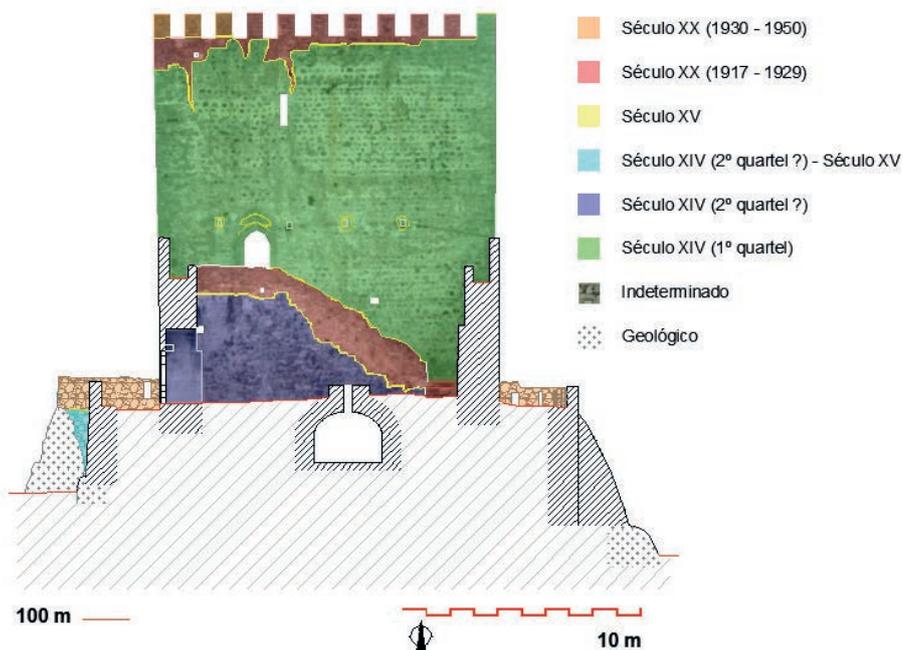


Fig. 9. Representação esquemática das distintas fases de construção do "último reduto", seção transversal.

Fase III: barbacã e alambor

Pelo exterior, o "último reduto" encontra-se rodeado por um conjunto edificado, composto por estrutura maciça em talude, que, atingindo cinco metros de espessura e 50° de inclinação, deve ser interpretado como um alambor¹⁸, estrutura que, introduzida em Portugal por via dos Templários, a partir de 1156,¹⁹ se generalizaria nos castelos portugueses ao longo de toda a segunda metade do século XII. Mais característico do castelar românico, o alambor do "último reduto" foi, contudo, erguido quando estavam já plenamente adotados no Castelo de Leiria os conceitos subjacentes à arquitetura militar gótica.

De facto, e ainda que desprovido de relações estratigráficas sólidas com o conjunto interno (torre de menagem, torreão e muralhas do recinto), o alambor do "último reduto" não poderá ter sido erguido antes da construção deste conjunto, uma vez que circunscreve quase na totalidade a sua planta. Deste modo, a construção do alambor do "último reduto" não poderá recuar a período anterior a 1324, data em que ficou concluída a primeira estrutura do conjunto interno, a torre de menagem. Uma vez que define a sul um pequeno terraço²⁰, a construção do alambor poderá, por outro lado, não ultrapassar o terceiro quartel do século XV, época em que os terraços, previstos para instalação de artilharia, desaparecem, dando lugar às casamatas (Monteiro 2002: 665-666).

Desfasado do período de edificação característico dos alambores em pelo menos dois séculos, a construção do alambor do "último reduto" deve, portanto, ser entendida como um revivalismo. De facto, tendo, com a difusão dos balcões matacães, paulatinamente perdido o seu valor defensivo, os alambores conheceriam, por influência da arquitetura militar italiana, um renascimento no

século XV (Barroca 2003: 113-120), época a que muito provavelmente remonta o alambor do "último reduto" do Castelo de Leiria.



Fig. 10. "Último reduto", porta norte.

Em alguns locais onde o alambor se encontra interrompido, nomeadamente a poente e a norte do "último reduto", percebe-se que o mesmo encostou a uma construção preexistente²¹. A insuficiência de área exposta dificulta contudo a definição cronotipológica desta estrutura. A norte, o alambor abre espaço a uma porta ogival, em cantaria de calcário, à qual se encontra também encostado. Porta e muro, deste modo precedendo o alambor, desenvolvem-se paralelamente à torre de menagem e às muralhas do recinto interno, dos quais guardam uma estreita distância.

¹⁸ Por apresentar um perfil maioritariamente em linha quebrada, o alambor do "último reduto" do Castelo de Leiria deveria na realidade designar-se por *ressalto* (Nunes 2005: 225). Não obstante, por conter partes em que o perfil se apresenta simplesmente côncavo ou mesmo em linha reta inclinada, opto pela denominação mais abrangente, *alambor*.

¹⁹ Tanto a torre de menagem como o alambor foram introduzidos na arquitetura militar portuguesa pelos Templários, chamados a Portugal por D. Afonso Henriques. A luz dos conhecimentos atuais, foram ambos erguidos pela primeira vez em Tomar, respetivamente nos anos de 1160 e 1156. Sobre o contributo da Ordem do Templo para a arquitetura militar portuguesa, Cfr., por exemplo, Barroca 2003 e 1998b.

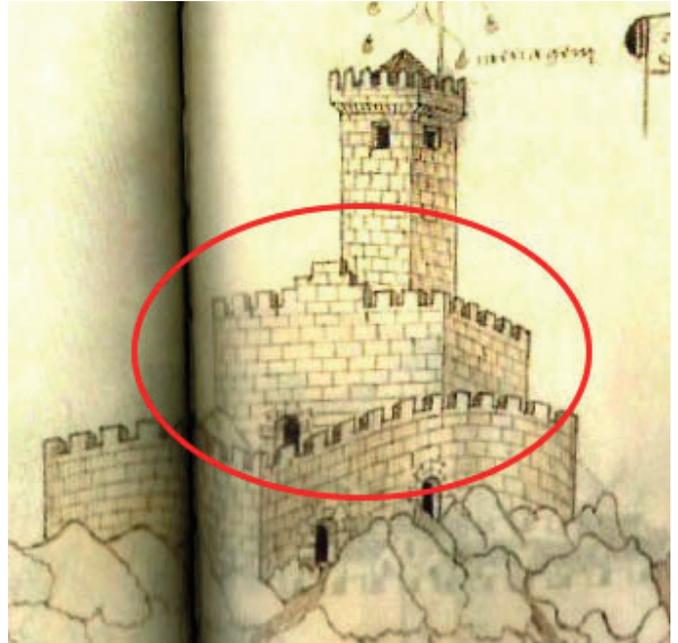
²⁰ Nas obras *Dicionário Temático de Arquitectura Militar* (2005) e *Arte de Fortificar e Dicionário de Arquitectura Militar* (1991) A. P. Nunes não inclui o termo *terraço*, preferindo as expressões *plataforma*, *praça alta* ou *cavaleiro*, quando aplicadas a fortificações abaluartadas. À semelhança de J. G. Monteiro, sirvo-me do termo *terraço* (Monteiro 2002: 665), eventualmente mais adequado à adoção das praças terraplanadas em fortificações ainda não exatamente abaluartadas.

²¹ Para além do evidente encosto, o alambor encontra-se erguido em alvenaria dolerítica regular e calibrada, enquanto que a estrutura por ele encostada se ergue em alvenaria dolerítica irregular não calibrada.



Fig. 11. “Último reduto”, pormenor do alçado poente.

Num contexto militar, indubitavelmente associado a este conjunto até pelo menos à introdução do alambor, porta e muro configurariam impedimentos defensivos, pela criação de obstáculos ao tiro, excepto se, por si mesmos, constituíssem uma barreira ao avanço de assaltos. Perspetiva-se portanto a possibilidade de uma estrutura defensiva, que, erguida a curta distância do complexo que pretendia defender, com o qual se articulou de forma paralela e do qual guardou uma estreita distância, ou liça, se deduz consistir numa barbacã.



Figs. 13 e 14. Excertos do Castelo de Castro Laboreiro por Duarte de Armas, c. 1509, vista sul, à esquerda, planta, à direita. Barbacã à torre de menagem em destaque. Fonte: Armas 2006: fl. 104, vista sul; fl 132 v.

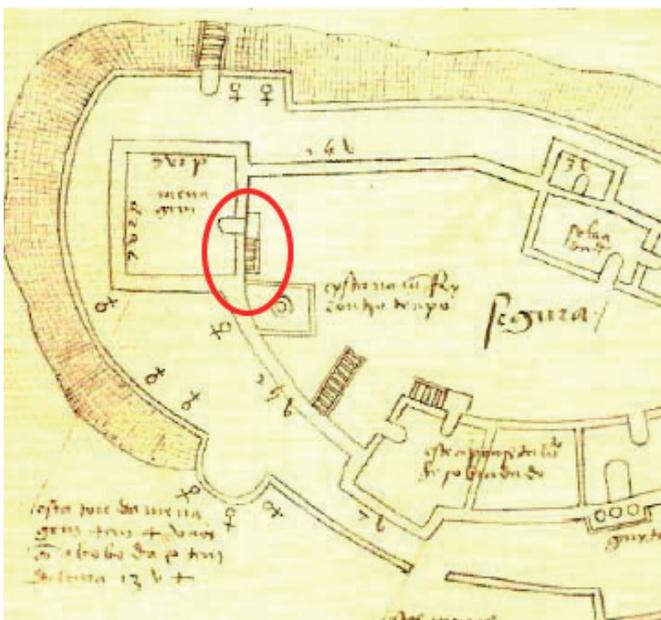


Fig. 12. Excerto da planta do Castelo de Segura por Duarte de Armas, c. 1509. Corpo de escadas da torre de menagem em destaque. Fonte: Armas 2006: fl. 126 v.

Solução arquitetónica comprovadamente adotada em Portugal desde o segundo quartel do século XIV²², a edificação da barbacã do “último reduto” do Castelo de Leiria não deverá, por seu turno, ultrapassar o terceiro

²² A construção de “*huum portado de pedra na barvacã asu a porta do castelo*” de Torre de Moncorvo consta de documento datado de 1337 (Trindade 2013: 437), constituindo, tanto quanto se saiba, a mais antiga referência a uma barbacã em território português. Sobre a generalização da barbacã nas fortalezas portuguesas, Cfr. Monteiro 2002.

quartel do século XV, período máximo estimado, como visto, para a construção da estrutura que lhe foi encostada, o alambor. As barbacãs aplicadas a torres de menagem não seriam de resto completamente estranhas ao universo das fortificações portuguesas de finais da Época Medieval, posto que retratadas por Duarte de Armas, por exemplo, no Castelo de Castro Laboreiro.

Fase IV: restauro

O restauro do Castelo de Leiria²³ recua a 1898, ano em que o arquiteto Ernesto Korrodi publicou os seus *Estudos de Reconstrução sobre o Castelo de Leiria*, obra que *grosso modo* sustentaria as diferentes intervenções de restauro, conduzidas ao longo de praticamente todo o século XX. As obras, porém, foram iniciadas apenas em 1915 pela Liga dos Amigos do Castelo de Leiria (LACL), liderada pelo próprio Korrodi²⁴, num período

em que prevalecia já sobre o conceito de *reconstrução*, o de *conservação*²⁵.

Plenamente assumido pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) a partir de 1933, o restauro do Castelo de Leiria caminharía contudo no sentido da restituição daquele que esta instituição entendia ser o seu "traçado primitivo". No contexto do Estado Novo, chefiado por António Oliveira Salazar, os monumentos restaurados pela DGEMN constituíam veículos privilegiados para a divulgação de personagens e de episódios históricos específicos, sistematicamente

²³ Também estudado por diversos autores, como S. A. Gomes, L. V. da Costa ou A. Zúquete, o restauro do Castelo de Leiria, empreendido ao longo do século XX, conta com a corroboração de um longo legado de registos iconográficos, fundamental para a atribuição cronológica proposta no presente artigo. Para mais detalhes relativos ao restauro empreendido no último reduto, Cfr., por exemplo, Costa 1997; Ginja 2017; Gomes 2004 e Zúquete 2013.

²⁴ Sobre a fundação da Liga dos Amigos do Castelo de Leiria, em 1915, a sua estrutura, atuação e os condicionamentos impostos tanto pela escassez de fundos, como pelos conflitos ideológicos inerentes ao restauro, Cfr. Costa 1997.

²⁵ Sobre os diferentes conceitos de restauro, ao longo dos séculos XIX e XX, Cfr., por exemplo, Macarrón Miguel 2002; Martínez Justicia 2001 e Rivera Blanco 2001.



Fig. 15. Castelo de Leiria, paço de D. João I, c. 1907. Fonte: Vasconcellos 1907: 94.

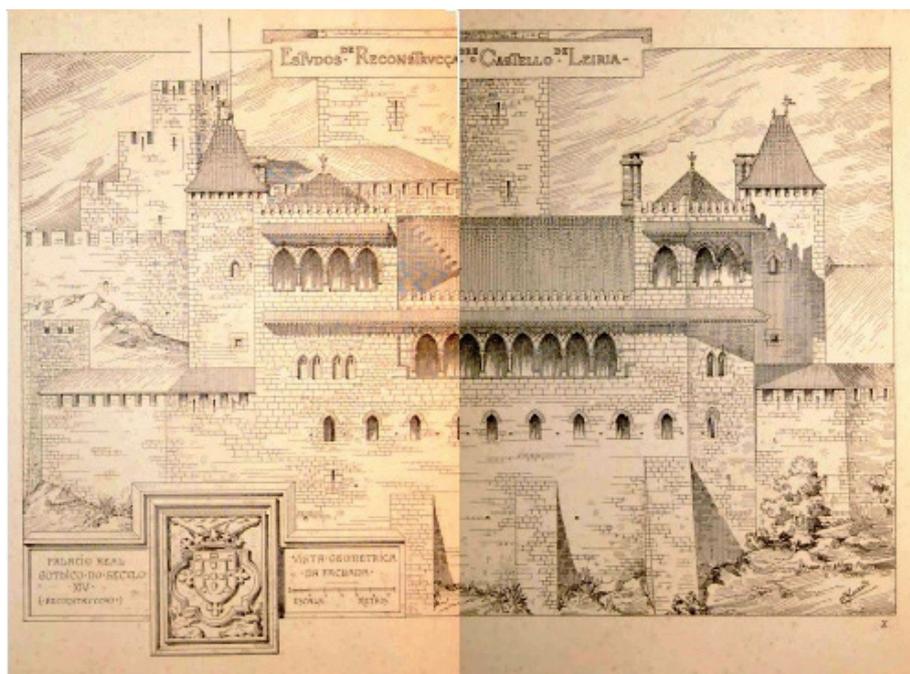


Fig. 16. Castelo de Leiria, proposta de restauro do paço de D. João I, por Ernesto Korrodi. Fonte: Korrodi 1898: Estampa X.

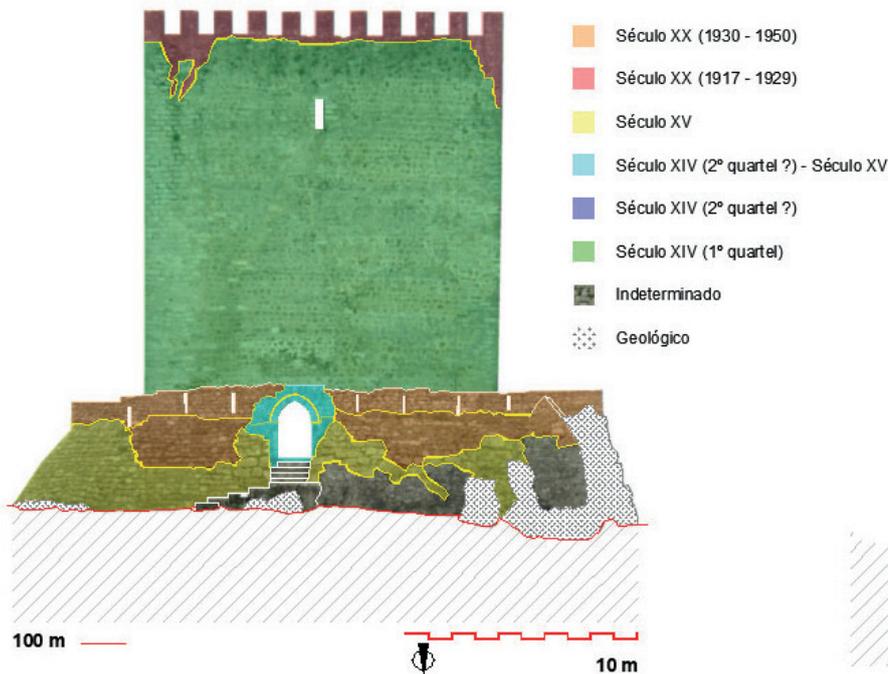


Fig. 17. Representação esquemática das distintas fases de construção do "último reduto", alçado norte.

associados a mensagens ideológicas, servindo propósitos de exaltação nacionalista²⁶. A esta meta propagandista não escapou, de resto, o restauro do Castelo de Leiria, cujo monumental paço, por exemplo, se encontra intimamente associado a D. João I, símbolo maior da independência portuguesa²⁷.

Na torre de menagem, a LACL recuperou o espetável coroamento por ameias, embora tenha optado por estruturas paralelepípedicas, quando a única ameia primitiva remanescente era claramente tronco-piramidal. No topo sudoeste, ergueu um pequeno torreão, que cobriria o acesso às escadas interiores da torre. Baseando-se em cachorros embutidos no alçado dianteiro, ergueu ainda um telheiro sobre a porta da torre, assente sobre pilares aplicados no guarda-corpos da escada exterior, também ele erguido de raiz.

Ao assumir o restauro, a DGEMN reverteu todas estas estruturas, desmontando-as quase por completo,

²⁶ Sobre a criação e princípios de atuação da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, no contexto do Estado Novo, Cfr., entre outros possíveis, Neto 2001 e Tomé 2002.

²⁷ Através da vitória que alcançou em 1385 em Aljubarrota, D. João I garantiu a independência de Portugal face a Castela. Enquanto grão-mestre de Avis, representava igualmente o líder de uma ordem monástico-militar. Reunia por isso dois dos ideais mais valiosos para o Estado Novo, o poder centralizado e a congregação religiosa. Não surpreende, como tal, que o Castelo de Leiria tenha merecido particular atenção da DGEMN, contando-se entre as três fortalezas portuguesas com maior orçamento aplicado entre 1929 e 1960 (Neto 2001: 256-257).

salvo parte do guarda-corpos da escada. No lugar do pequeno torreão da torre de menagem, ergueu cinco ameias paralelepípedicas, desmontando a pirâmide da ameia primitiva. Por mais antagónicos que possam parecer os projetos empreendidos pelas duas instituições na torre de menagem, ambos seguem contudo, paradoxalmente, o critério da unidade estilística do restauro estilístico, na medida em que esta corrente previa a restituição do edifício a um estado "completo" que poderia, de facto, nunca ter existido.

Bastante arruinadas, as muralhas do recinto interior do "último reduto" foram parcialmente reconstruídas pela LACL, tarefa que a DGEMN completou, mediante o remate de algumas paredes e respetivo coroamento com adarve e ameias paralelepípedicas, incluindo o torreão oposto à torre de menagem²⁸. No exterior do recinto, o conjunto estabelecido pelo alambor e pela barbacã foram também intervencionados, embora desta feita já exclusivamente pela DGEMN. Componentes substancialmente arruinadas do alambor foram reconstruídas, sendo o conjunto encimado por

²⁸ Quando comparado com as estruturas a restaurar, os tipos de aparelhos escolhidos por ambas as entidades, LACL e DGEMN, flutuam entre o muito similar e o absolutamente distinto. Para os primeiros restauros, a LACL optou por alvenaria de dolerito e calcário, irregular e não calibrada, tipologicamente próxima das estruturas existentes. A DGEMN, por seu lado, optou tanto por alvenaria dolerítica irregular, também idêntica à alvenaria das estruturas a restaurar, como por alvenaria calcária regular, em absoluto contraste com as mesmas.

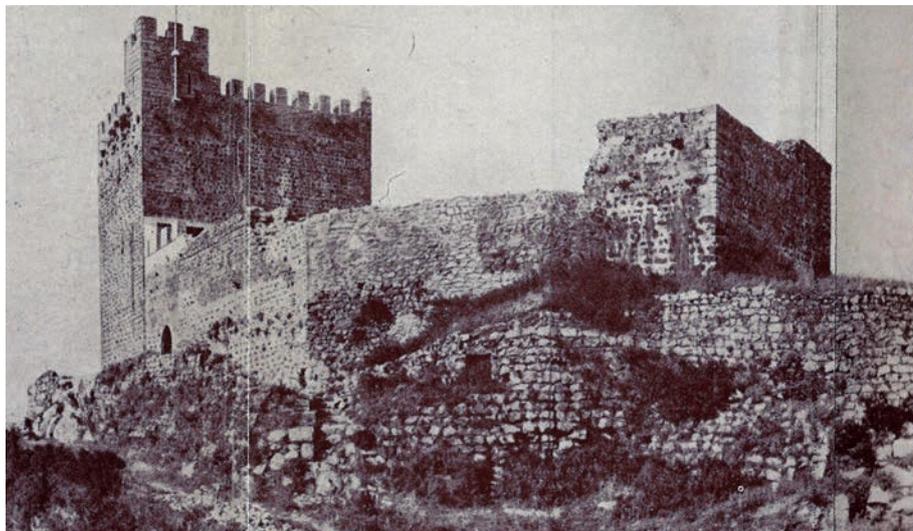


Fig. 18. "Último reduto" do Castelo de Leiria. Registo após intervenção da LACL, c. 1929. Fonte: Saraiva 1929: Estampa 38.



Fig. 19. "Último reduto" do Castelo de Leiria. Registo após intervenção da DGMN, atualidade.

muralha, com adarve e seteiras, algumas das quais possivelmente deduzidas a partir de preexistências. Vários tramos do alambor, nomeadamente a poente e a norte foram reforçados, pelo que, apesar das preexistências, corroboráveis por registos fotográficos, o aparelho atualmente visível recua já a período compreendido entre 1930 e 1950.

CONCLUSÕES

Praticamente centrada na planta do núcleo em que se insere, o núcleo A, a torre de menagem do Castelo de Leiria afasta-se das muralhas que circundam o recinto em que se ergue. Face a estas muralhas, assume-se como um reduto absolutamente passivo, impedida pela distância de assumir qualquer papel ativo na defesa das

mesmas. A este papel, que com maior facilidade associaríamos uma torre de menagem românica, somam-se as demais características arquitetónicas da própria torre: a sua baixa estatura, a planta retangular desenhada sobre uma sapata escalonada, a escassez de aberturas e a absoluta ausência de características residencializantes. Aproxima-se por isso, apesar de dionisina, dos parâmetros arquitetónicos das torres de menagem românicas portuguesas, como as de Tomar, Pombal ou Almourol, todas do terceiro quartel do século XII²⁹. Bem distintas, as torres de menagem de Sabugal, Beja ou Freixo de

²⁹ Os mais antigos casos conhecidos de torres de menagem em Portugal, como Tomar (1160), Pombal (1171) ou Almourol (1171), encontram-se indubitavelmente associados à Ordem do Templo, provável responsável pela sua introdução em território português. Cfr. Barroca 1990-1991: 63.

Espada à Cinta³⁰, comprovadamente ordenadas por D. Dinis, erguem-se com grande elegância, com as suas plantas poligonais e alturas elevadas, interiores dotados de tetos abobadados e exteriores coroados por mísulas e balcões. Posicionadas à cabeça das respetivas fortalezas, assumem por completo o papel de liderança defensiva que lhes foi delineado.

Ora, se para a escolha do local de implantação da torre de menagem de Leiria, dissociada das muralhas circundantes, se poderia porventura apontar a procura por um local de cota mais elevada, já para a adoção de características arquitetónicas por tradição filiáveis no românico castelar não se encontra, aparentemente, justificação. Este aparente paradoxo dilui-se, todavia, quando se analisa a torre de menagem em conjunto com as estruturas a que se encontra associada, e dissolve-se por completo quando comparada com outras torres de menagem também atribuíveis a D. Dinis.

De facto, o aparente conservadorismo arquitetónico da torre de menagem de Leiria não é, de todo, entre as torres dionisinas conhecidas, um caso único. As torres de menagem de Chaves, Monforte de Rio Livre, Mértola e Vilar Maior exibem também características que melhor se enquadrariam no românico castelar, como estatura baixa, escassez de aberturas e aspeto maciço e, no entanto, todas foram edificadas durante o reinado de D. Dinis³¹. Por outro lado, ao associar-se ao recinto amuralhado do “último reduto”, a torre de menagem de Leiria integra um conjunto arquitetónico que constitui efetivamente um pequeno castelo. À cabeça deste recinto, a torre de menagem assume uma posição de comando, em plena concordância com os princípios de defesa ativa preconizados pelos padrões poliortocéticos vigentes ao tempo de D. Dinis. O facto de o mesmo monarca optar por projetos de aparência distinta para edifícios de natureza idêntica poderá deter diversas explicações. Perante a aparência conservadora da torre de menagem de Leiria, a hesitação que naturalmente decorre dos primeiros momentos de adoção de novas tendências arquitetónicas, por exemplo, reveste-se de tanta capacidade justificativa, quanta a de que o seu projecto possa não ter sido completado.

Faseada ao longo de aproximadamente 125 a 150 anos, a construção do “último reduto” do Castelo de

Leiria não deixa todavia de enquadrar-se no período correspondente ao gótico militar português, compreendido entre meados do século XIII e meados do século XV³². Assim, a ‘conservadora’ torre de menagem, o recinto amuralhado, a barbacã e até mesmo o ‘revivalista’ alambor, todas as estruturas que compõem, enfim, o “último reduto”, não só se inserem no período historicograficamente convencional para o gótico castelar, como também correspondem de facto aos padrões funcionais da arquitetura militar gótica. Refletem, como tal, uma política construtiva de efetiva adaptação aos desafios militares da sua época.

Inscrito no núcleo A, o “último reduto” do Castelo de Leiria encontra-se rodeado por muralhas de natureza arquitetónica e de filiação cronológica recuáveis ao românico castelar português. Não obstante, ou talvez por este mesmo motivo, foi precisamente no interior deste núcleo que D. Dinis promoveu a construção do “último reduto”, um conjunto edificado que, fase a fase, veio assumir no Castelo de Leiria a vanguarda da arquitetura militar gótica. Incluído numa fortificação românica e dissimulado sob várias características aparentemente conservadoras, o “último reduto” do Castelo de Leiria não deixa de configurar um projeto arquitetónico plenamente gótico, ainda que formal e literalmente encerrado num invólucro românico.

FONTES IMPRESSAS

- Armas, D. de 2006: *Livro das Fortalezas*. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Edições Inapa, 3ª edição, Lisboa (fac-simile da 1ª edição, c. 1509).
- Couseiro ou Memórias do Bispo de Leiria*, 2011: ed. Ricardo Charters d’Azevedo, Textiverso, Leiria (fac-simile da 2ª edição, 1898, a partir de manuscrito, c. 1650).
- Korrodí, E. 1898: *Estudos de Reconstrução sobre o Castelo de Leiria – Reconstrução gráfica de um notável exemplo de construção civil e militar portuguesa*, Prospecto, N. 153, Instituto Polygraphico, Zürich.
- Saraiva, J. 1929: *Leiria: Breve estudo crítico das suas origens e notícia histórica, arqueológica e artística, das ruínas do seu Castello, da Cathedral, do Santuário da S.ª da Encarnação e da Igreja de S. Pedro*. Monumentos de Portugal, Collecção de Vulgarização Artístico-Monumental, N. 6, Lito-grafia Nacional, Porto.
- Vasconcellos, J. de, 1907: “Leiria”, em F. Brütt e Cunha Moraes (eds.), *A Arte e a Natureza em Portugal*, vol. 7, pp. 84-95, Emilio Biel & C.ª, Porto.

³⁰ Sobre as características arquitetónicas e a atribuição cronológica das torres de menagem de Sabugal, Beja e Freixo de Espada à Cinta, Cfr. Barroca 2002 e Gomes 2003.

³¹ Sobre a atribuição cronológica às torres de menagem de Chaves, Monforte de Rio Livre e Vilar Maior, Cfr. Gomes 2003. Para a torre de menagem do Castelo de Mértola, Cfr. Boiça e Barros 2013.

³² João Gouveia Monteiro, por exemplo, baliza o gótico militar português entre o reinado de D. Afonso III (1248-1279), com a introdução do balcão de matacães, e o 3º quartel do século XV, com as adaptações estruturais ao novo armamento pirotécnico (Monteiro 2002: 659-666).

ESTUDOS

- Carvalho, V e Inácio, I. 2011: *Projecto de Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria*, PNTA, Direção-Geral de Património Cultural, Leiria.
- Ginja, A. 2017: *Castelo de Leiria, Estruturas Militares do Núcleo A, Análise Arquitetónica e Arqueológica*, Vols. 1 e 2, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/36748>

BIBLIOGRAFÍA

- Barroca, M. J. 1990-1991: "Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)", *Portugalia*, Nova Série, XI-XII, pp. 89-136.
- Barroca, M. J. 1998a: "D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa", em *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As Relações de Fronteira no Século de Alcañices*, vol. 1, pp. 801-822. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Barroca, M. J. 1998b: "Castelos Medievais Portugueses. Origens e Evolução (Séc. IX-XIV)", em J. A. Barrio Barrio e J. V. Cabezuolo Pliego (eds.), *La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo*, pp. 13-30. Universidad de Alicante, Alicante.
- Barroca, M. J. 2000: *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Corpus Epigráfico Medieval Português, vol. II, t. 1 e 2. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Barroca, M. J. 2002: "Arquitectura Gótica Civil", em M. J. Barroca e C. A. F. de Almeida (eds.), *História da Arte em Portugal - O Gótico*, pp. 81-133. Editorial Presença, Lisboa.
- Barroca, M. J. 2003: "Arquitectura Militar", em M. Th. Barata e N. S. Teixeira (dirs.), *Nova História Militar de Portugal*, 1, pp. 95-121. Círculo de Leitores, Lisboa.
- Boiça, J. e Barros, M. F. R. 2013: *O Castelo de Mértola. História, Espaço e Formas, sécs. XIII-XXI*. Câmara Municipal de Mértola, Mértola.
- Costa, L. V. da 1997: *Ernesto Korrodi 1889 – 1944: arquitectura, ensino e restauro do património*. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Gomes, R. C. 2003: *Trás-os-Montes, Castelos da Raia*, vol. II. Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.
- Gomes, S. A. 2001: "Torre e Prisão: para um entendimento da Torre de Menagem do Castelo de Leiria", em *Torre de Menagem do Castelo de Leiria*, pp. 10-25. Câmara Municipal de Leiria, Leiria.
- Gomes, S. A. 2004: *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Câmara Municipal de Leiria, Leiria.
- González Jiménez, M. 1998: "Las Relaciones entre Portugal y Castilla durante el siglo XIII", em *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As Relações de Fronteira no Século de Alcañices*, vol. 2, pp. 1-24. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Macarrón Miguel, A. M. 2002: *Historia de la conservación y la restauración desde la antigüedad hasta el siglo XX*. Tecnos, Madrid.
- Martínez Justicia, M. J. 2001: *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*. Tecnos, Madrid.
- Mattoso, J. 2007: *D. Afonso Henriques*. Reis de Portugal, Círculo de Leitores, Lisboa.
- Monteiro, J. G. 1999: *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Edições Colibri, Lisboa.
- Monteiro, J. G. 2002: "Reformas góticas nos castelos portugueses ao longo do século XIV e primeira metade do século XV", em I. C. F. Fernandes (ed.), *Simpósio Internacional sobre Castelos, Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500 – 1500)*, pp. 659-666. Câmara Municipal de Palmela, Palmela.
- Neto, M. J. 2001: *Memória, Propaganda e Poder, O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.
- Nunes, A. P. 1991: *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*. Direcção do Serviço Histórico Militar, Estado Maior do Exército, Lisboa.
- Nunes, A. P. 2005: *Dicionário de Arquitectura Militar*. Caleidoscópio, Casal de Cambra.
- Pizarro, J. A. de S. M. 2012: *D. Dinis*. Reis de Portugal, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Temas & Debates, Lisboa.
- Rivera Blanco, J. 2001: *De varia restauratione: Teoría e Historia de la restauración arquitectónica*. Restauración & Rehabilitación, Valladolid.
- Tomé, M. 2002: *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. FAUP publicações, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.
- Trindade, L. 2013: *Urbanismo na Composição de Portugal*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Zúquete, A. 2013: *Monografia de Leiria. A Cidade e o Concelho 1950*. Foheto, Leiria.